

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ÁREA DA SURDOCEGUEIRA:

A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Marcia Noronha de Mello (Instituto Benjamin Constant)

Resumo: O artigo apresenta o histórico do atendimento a pessoas com surdocegueira no Brasil destacando a contribuição do Instituto Benjamin Constant na formação de professores para atuação nessa área, tendo como objetivo assinalar a lacuna existente na formação desses profissionais. O artigo se baseia em depoimentos de professores e gestores da área de Educação coletados a partir de 2011, tendo como questões norteadoras: Quais as competências necessárias para o professor que atende pessoas com deficiências sensoriais? Quais as atribuições do professor da sala de aula regular diante de um aluno com deficiência múltipla sensorial ou surdocegueira? O que falta nos cursos de formação continuada na área da surdocegueira para que os professores se sintam melhor habilitados a atender esse alunos? Autores, como Cader-Nascimento, Maia, Cambruzzi, Falkoski, Masini, Ikonomidis, na área da surdocegueira; Freire e Nóvoa, no campo da formação de professores são alguns dos nomes que referenciam a pesquisa que aponta em seus resultados os principais desafios desta formação e alerta para a importância e premência de um currículo básico para a capacitação do professor que está diretamente envolvido com o processo educacional da pessoa com surdocegueira e/ou deficiência múltipla sensorial.

Palavras-Chave: Surdocegueira. Formação Continuada. Instituto Benjamin Constant.

INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com deficiência sensorial no Brasil data de meados do século XIX, mais precisamente com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro, ainda sob a égide do Império, em 1854. Três anos mais tarde, no ano de 1857, surgia na capital do Império brasileiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Estas são duas instituições referências nacionais no campo do ensino, profissionalização e inclusão de deficientes visuais e auditivos no país, ambas no Rio de Janeiro, com ações parceiras e cuja história é igualmente atravessada pela visita de Helen Keller ao Brasil em 1953.

A surdocegueira já era conhecida no mundo desde o século XVIII, com Victorine, ou Vitória, Morriseau, na França (1789), mas será o século XIX o marco educacional dessas pessoas a partir da fundação da *Perkins School for the Blind*, em 1829, nos Estados Unidos, lugar em que dois nomes se destacaram: Laura Bridgman e Helen Keller, respectivamente a primeira pessoa a ser educada neste instituto e a primeira pessoa com surdocegueira a receber o título de bacharel em Filosofia pelo Radcliffe College, em 1904, já no início do século XX. Nascida em 1889, Helen terá seu nome diretamente vinculado à história educação de pessoas com surdocegueira no Brasil. (Cader-nascimento, 2007; Mello, 2021)

Mas o que é a surdocegueira afinal e qual a relevância de trazermos a discussão a respeito da formação de profissionais para atuarem na educação e inclusão desse grupo? Qual a importância do tema e onde se encaixa o Instituto Benjamin Constant neste processo?

A surdocegueira é uma deficiência sensorial em que perdas visuais e auditivas concomitantes comprometem três grandes áreas da relação do sujeito com seus pares e seu entorno: a comunicação, a orientação e mobilidade e o acesso a informação. A complexidade da surdocegueira é um dos fatores de sua invisibilidade, não apenas na sociedade, mas também nos meios educacionais e acadêmicos, levando os profissionais que se deparam com esses sujeitos em suas salas de aula ou espaços de atendimento, a procurarem cursos de formação nesta área com especificidades próprias e que demandam recursos que os contemplem. Compreender a surdocegueira como uma deficiência única, entender que a concomitância da deficiência visual com a deficiência auditiva cria uma situação singular, não é tão simples. A surdocegueira não é um somatório de deficiências. O efeito da simultaneidade da deficiência visual e auditiva é multiplicador, o que resultará em formas de comunicação diversas, tanto

formais quanto alternativas e aumentativas, bem como necessidade de mediação para suas interações com o mundo.(Cambruzzi & Costa, 2016; Cader-Nascimento, 2021).

Dentre as inúmeras definições oficiais da surdocegueira adotamos a proposta do Grupo Brasil, uma ONG brasileira sediada em São Paulo, que no ano de 2017 reuniu pessoas com surdocegueira, tanto congênitas quanto adquiridas, seus familiares, intérpretes e profissionais, e redigiram a definição que apresentamos a seguir. Segundo o Grupo Brasil,

Surdocegueira é uma deficiência única que apresenta perdas auditiva e visual concomitantemente, em diferentes graus, o que pode limitar a atividade da pessoa com surdocegueira e restringir sua participação em situações do cotidiano, cabendo à sociedade garantir-lhe diferentes formas de comunicação e tecnologia assistiva para que ela possa interagir com o meio social e o meio ambiente promovendo: acessibilidade, mobilidade urbana e uma vida social com qualidade. (Grupo Brasil, 2017, p.1)

A complexidade da surdocegueira não se restringe aos aspectos sensoriais. Dados estatísticos dessa população são poucos, devido à dificuldade de reconhecimento, uma vez que a condição de surdocegueira pode acontecer em qualquer momento da vida, do nascimento à terceira idade, resultando em diferentes abordagens por parte de profissionais e com inúmeros desafios quando pensamos no universo educacional e inclusivo dessas pessoas.

No que diz respeito a dados estatísticos, o Censo Escolar de 2022 registrou 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica brasileiras. Dentre estas, 1,5 milhão corresponde a alunos com alguma deficiência. Considerando-se as deficiências sensoriais os dados ficam ainda mais reduzidos. Encontramos 17.141 matrículas de alunos com surdez; 37.625 com deficiência auditiva; 6.207 cegos; 77.232 com baixa visão; 548 com surdocegueira. (INEP, 2023, p. 9)

Outro dado que consideramos importante destacar aqui diz respeito à formação de professores para atuação na Educação Especial e no Atendimento Especializado para crianças com deficiência, com destaque para a surdocegueira. Reportagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em publicação datada de 25 de setembro de 2023, aponta a formação inadequada de professores como uma das causas para a não permanência de alunos da educação especial nas escolas.

Entre os/as educadores/as regentes do Brasil, cerca de 94% não possuem formação para a educação especial, aponta o Ministério da Educação (MEC). A região Nordeste, indicada pela PNAD com o maior índice de pessoas com deficiência analfabetas, é também destacada com o menor percentual de educadores/as especializados/as no país, com 3,7%.

São cerca de 23.614 professores/as com formação continuada sobre Educação Especial na região. (CNTE, 2023)

De acordo com este cenário falarmos de formação de professores para Educação Especial, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de relevante, é uma maneira de ampliarmos o debate em torno desta questão.

O AEE é um programa de atendimento especializado regulamentado pelo Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que estabelece em seu Art. 3º, o compromisso do governo federal, por meio do Ministério da Educação, de prestar apoio técnico e financeiro às ações previstas para o AEE, listadas a seguir:

- I – implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;**
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008)(grifo nosso)

Diante do exposto, e para uma melhor apresentação do tema proposto em nosso título, organizamos o artigo em três seções.

Na primeira seção apresentaremos o histórico do atendimento educacional a pessoas com surdocegueira no Brasil e sua relação com o Instituto Benjamin Constant.

Na segunda seção abordaremos aspectos educacionais para pessoas com surdocegueira em relação ao processo de inclusão em consonância com as políticas públicas e marcos legais.

Na terceira seção focalizaremos os cursos de formação continuada na surdocegueira promovidos pelo IBC a partir de dados coletados ao longo de mais de dez anos de atuação como ministrante desses cursos.

Em nossas considerações finais apresentaremos uma síntese dos desafios e ações bem sucedidas que marcam os trinta anos do programa de atendimento à pessoa com surdocegueira no IBC.

Histórico da surdocegueira no Brasil

Em 1953 o Brasil recebe a visita da icônica Helen Keller, pessoa com surdocegueira que se destaca internacionalmente por seu ativismo em prol das pessoas cegas e surdocegas ao redor do mundo. Em seu livro A História da Minha Vida, publicado pela primeira vez em 1903,

Helen se refiere ao isolamento decorrente de sua condição sensorial como “Eu vivia a mim mesma em todas as coisas” (Keller, 2008, p.48). A educação de Helen se deve em especial à sua professora e intérprete Anne Sullivan, eternizada no filme o Milagre de Anne Sullivan de 1962, baseada em sua autobiografia, onde encontramos um dos mais belos reconhecimentos do papel do professor. Diz Helen:

No início eu era apenas uma pequena massa de possibilidades. Foi minha professora quem as desdobrou e desenvolveu. [...] Foi o gênio de minha professora, sua rápida solidariedade, seu amoroso tato que tornaram tão bonitos os primeiros anos de minha instrução. Foi o fato de ela capturar o momento certo para partilhar conhecimento que o fez tão agradável e aceitável para mim. (Keller, 2008, P.37)

Essa visita oficial vai render vários frutos. Vinda a convite de Dorina Norwill, educadora e filantropa, Keller percorre várias capitais e instituições em nosso país, dentre elas o Instituto Benjamin Constant, realizando palestras e participando de conferências. O impacto da presença de Keller foi tão significativo que é considerado o marco inicial da história do atendimento a pessoas com surdocegueira no Brasil. Em São Paulo, a professora Nice Tonhosi Saraiva, após assistir a uma das palestras de Keller, se sente de tal forma impactada que, em seguida a uma formação na Perkins School for the Blind e com o apoio do Instituto de Cegos Padre Chico e da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (mais tarde Fundação Dorina Norwill), inicia o atendimento educacional a pessoas com surdocegueira. Nice juntamente com a educadora Neusa Basseto são consideradas as pioneiras desse atendimento no Brasil, ainda nos anos de 1960. (Falkoski, Costa, Maia, 2023)(Ikonomidis, 2019).

Entretanto serão as décadas de 1980 e 1990, com a fundação de várias instituições e organizações não governamentais voltadas para a educação desses sujeitos, das quais destacamos: no ano de 1983, o registro da Associação para os Deficientes da Áudio Visão (AdefAV), seguida, em 1991, pela Associação Educacional para Múltipla Deficiência (AHIMSA), ambas em São Paulo, tendo como objetivo não apenas o atendimento educacional, como também o amparo às famílias e a preocupação com a capacitação de novos profissionais para a área. Em 1997 é criado o Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial (Grupo Brasil) com ampla participação na promoção de qualidade de vida por meio de serviços para pessoas com surdocegueira e deficiência múltipla sensorial, criação de oportunidades de desenvolvimento pessoal para esse grupo, com o envolvimento de instituições educacionais. (Masini, 2002).

No Rio de Janeiro, uma professora do Instituto Benjamin Constant, Margarida Aguiar Monteiro, sensibilizada pela solicitação de uma aluna que lhe pede que dê aula para um amigo surdo que estava perdendo a visão, vai, não só aceitar o desafio, como também, no ano de 1993, dar início ao que foi chamado Programa Piloto de Atendimento ao Deficiente Auditivo Visual (DEAV) e que hoje é o Núcleo de Atendimento Educacional à Pessoa com Surdocegueira (NAEPS), do Instituto Benjamin Constant. (Masini, 2002; Mello, 2021).

O Instituto Benjamin Constant, se torna assim, o primeiro espaço de atendimento voltado exclusivamente para esta população. O primeiro aluno do programa foi o então jovem Carlos Jorge Rodrigues, hoje casado com Claudia Sofia Indalécio Pereira, ambos fundadores da Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC) e ativistas na busca de políticas que atendam as necessidades específicas dessa população, e que resultaram, entre outras ações, na instituição do Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira, celebrado anualmente na data de 12 de novembro (Lei N°14.605/2023), cujo objetivo principal é conscientizar a sociedade brasileira da necessidade de promover a inclusão e combater a estereótipos e preconceitos em torno desse grupo.

O pioneirismo do IBC não se restringe ao atendimento educacional de pessoas surdocegas. Na década de 1990, ainda com a participação da professora Margarida Monteiro, iniciaram-se as primeiras formações dadas para professores que vinham ao Rio participar do Curso de Especialização na Área da Deficiência Visual, do Instituto e que tinham a surdocegueira como uma das disciplinas.

Aspectos Educacionais e Processo de Inclusão para Pessoas com Surdocegueira

Já destacamos anteriormente a complexidade da surdocegueira devido a heterogeneidade de sua população, o momento de vida em que surge, o tipo e o grau da perda, a ordem em que aparecem, a existência ou não de deficiências associadas, bem como fatores ambientais e sociais que vão influenciar no desenvolvimento e sua interação com o mundo à sua volta. Classicamente, a surdocegueira é classificada em dois grandes grupos: Surdocegueira Congênita (0 a 2 anos aproximadamente), quando a criança em geral não tem ainda uma forma de comunicação estabelecida, e Surdocegueira Adquirida, quando a segunda perda sensorial é posterior causando efeitos diferentes se acontece na infância, na adolescência, na vida adulta

ou mesmo na terceira idade. (Cader-Nascimento, 2007; Cambruzzi & Costa, 2016; Mello, 2021)

Uma das perguntas frequentes sobre o tema é o que se perde na surdocegueira? Lembrando que a visão e a audição são importantes canais de percepção de distância, mas que atuam também no desenvolvimento da comunicação, encontramos no texto de Cambruzzi (2016) uma contribuição para compreendermos melhor o impacto dessa dupla deficiência sensorial, principalmente quando pensamos na criança e no processo de aquisição de linguagem. Nos diz a autora:

[...] com a ausência de dois canais sensoriais importantes, a audição e a visão, o processo de apreensão progressiva fica prejudicado, pois a criança não dispõe de meios para desenvolver sua capacidade de apreender muitas das informações do seu meio. Em decorrência da insuficiência para integrar as informações sensoriais e a possibilidade de aprendizagem, o surdocego fica privado em sua capacidade de explorar o ambiente. (Cambruzzi, 2016, p. 18,19)

Aspectos como acesso à cultura e à informação, ao meio e à comunicação com os demais, sua independência na orientação e mobilidade, bem como a perda do seu grupo de referência pelas dificuldades comunicativas que se impõem, são alguns dos prejuízos que resultam desta condição sensorial. Essas barreiras conduzem muitas vezes a quadros depressivos, devido ao isolamento e até mesmo comprometimento da saúde mental.

No Brasil a primeira pessoa a ser reconhecida como pessoa com surdocegueira é Maria Francisca da Silva, nascida em 1943 e que mora em Belo Horizonte desde 1970, na Associação de Cegos Louis Braille, no Lar das Cegas. É dela a afirmação: “o meu mundo é bem pequeno, pouquíssimas pessoas me procuram e eu adoro conhecer gente!! Apesar de tudo, sou alegre e comunicativa. Meu grande sonho era poder trabalhar. E como ansiei por estudar” (Silva,2002, p. 41; Mello, 2021).

O que Chica, como é conhecida, define como desejo de estudar, na verdade é um direito garantido não apenas pela nossa constituição de 1988 (Capítulo III, Art. 205 e 206), como também pela Lei N° 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Dentre os marcos legais temos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394/96) e o Documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008.

O primeiro registro da surdocegueira em um documento oficial, por parte do Ministério da Educação, chamando a atenção para o caráter único desta condição, vai se dar somente no ano 2000 (Cambruzzi, 2016), enquanto o termo surdocegueira só vai aparecer em documentos oficiais a partir de 2001.

O termo surdocegueira passa a ser considerado e utilizado em 2001 no documento “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”. Entretanto, a especificidade da categoria, oficialmente, só foi abordada pela primeira vez em 2002, no documento publicado pela SEESP/MEC sobre as estratégias e orientações pedagógicas em surdocegueira na educação infantil. (Cambruzzi, 2016, p. 15)

Ao longo dos 22 anos após o surgimento do termo em documentos oficiais algumas conquistas no campo das políticas públicas foram alcançadas, embora em sua maioria vinculada a políticas públicas voltadas para a Educação Especial em geral. Destas destacamos: Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008; Decreto Nº. 6.571/2008 – Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU - Ratificada pelo Decreto Nº. 6.949/2009, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, já citado anteriormente. E mais recentemente, Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial Resolução - Nº. 4 CNE/ CEB 2009, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), e a Lei 14.704/2023 que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como alguns dos marcos que beneficiam, embora nem sempre específicos, as pessoas com surdocegueira. E, é claro, não poderia faltar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNDEH (2008) que sintetiza muito do pensamento que abraçamos em relação à inclusão e aos direitos universais de todo ser humano. Desta forma o PNEDH se apresenta como

Uma concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da **equidade e da diversidade**, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência. (Brasil, 2008) (grifo nosso)

Esses conceitos, por sua vez, se inserem nos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que conduz ao tema da formação de professores. Lemos no documento:

Para atuar na educação **especial o professor deve ter com base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área**. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas 18 comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (Brasil, 2008, pp.17/18). (grifo nosso)

Antes de finalizarmos, gostaríamos de chamar a atenção para a tese de Ikonomidis (2019), “Formação de professores especializados: avaliação, planejamento e acompanhamento do desenvolvimento educacional de estudantes com surdocegueira”, onde destaca a importância do instrutor mediador como apoio para o sucesso na inclusão de crianças, jovens ou adultos com surdocegueira nas esferas não apenas acadêmicas, como sociais e laborais. Afirma Ikonomidis:

Uma criança com surdocegueira não poderá se beneficiar totalmente da inclusão nas escolas regulares se não tiver esse apoio, o mesmo ocorrendo com jovens ou adultos com surdocegueira que precisam ser inseridos no mercado de trabalho. Eles precisam de um profissional que faça a mediação e lhes mostrem o mundo que está acontecendo em seu entorno, que favoreçam a comunicação (Ikonomidis, 2019, p.181)

A autora destaca ainda como fatores importantes para o sucesso no processo de ensino-aprendizagem da criança com surdocegueira:

Vemos que o principal requisito para exercer a função de professor de estudantes com surdocegueira é ter a compreensão da comunicação como prioridade no planejamento e atendimento desses estudantes e ter em mente as estratégias e recursos que podem apoiar os estudantes no seu desenvolvimento (Ikonomidis, 2019, p.187).

Observamos que os aspectos aqui sinalizados convergem para o problema da formação inicial e continuada de professores, para o atendimento das necessidades específicas desse grupo e que nos conduzirão à seção 3 onde apresentaremos os cursos do IBC e sua contribuição no cenário educacional brasileiro.

Os cursos de formação continuada na área da surdocegueira e a contribuição do IBC

Não podemos falar em processo educacional da pessoa com surdocegueira sem abordarmos o tema formação inicial e continuada de professores e, na atuação no AEE, o papel do instrutor mediador e do guia-intérprete, como profissionais necessários para a garantia de um acesso à educação formal para as crianças com surdocegueira inseridas em classes regulares, ou mesmo atuando em instituições especializadas.

Levando-se em consideração o texto do PNDEH assinalamos o compromisso que o documento estabelece para os governos em relação à educação de pessoas com necessidades especiais, mas apresentamos como ponto de partida para essa seção a defesa da valorização de educadores e a oferta de uma formação inicial e continuada de qualidade, tendo como um dos seus eixos a consolidação dos direitos humanos. De acordo com este documento,

[...] é dever dos governos democráticos garantir a educação de pessoas com necessidades especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos(as) educadores(as) da educação, da qualidade da formação inicial e continuada, tendo como eixos estruturantes o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos. (p.11)

No entanto, de que formação inicial e continuada estamos falando? Falkoski, Costa e Maia (2023) salientam que “a formação inicial do professor não supre todas as necessidades e saberes necessários a esse profissional, que atuará em diferentes realidades.” (Falkoski, Costa, Maia, 2023, p. 126). E complementam:

um aspecto que merece reflexão diz respeito ao fato de que, mesmo estando no século XXI, com diferentes possibilidades de formação, ainda **existem professores que não têm a formação específica para atuação em algumas áreas.** [...] Pode-se, assim, pensar nas áreas que envolvem as pessoas com deficiência, por exemplo. (Idem, p. 128) (grifo nosso)

No que diz respeito à formação continuada de profissionais para o atendimento a pessoas com surdocegueira, as ofertas de cursos nem sempre contemplam a surdocegueira em sua condição de deficiência única e com especificidades únicas. Encontramos nas autoras citadas anteriormente (Falkoski, Costa e Maia, 2023) as palavras que representam nosso pensamento:

Atualmente, há poucas formações que oferecem a disciplina voltada à surdocegueira, seja na formação inicial, seja na continuada. Ou, quando isso ocorre, nem sempre as disciplinas são ministradas por professores que têm conhecimento teórico e prático, pois, assim como outras áreas, **a surdocegueira requer a vivência para que haja um melhor entendimento de como pode ser pensada a prática pedagógica.** (p.129) (grifo nosso)

Como apontado anteriormente os cursos do IBC com a temática da surdocegueira aconteceram ainda nos anos finais da década de 1990, sendo interrompidos em 2005 com a aposentadoria da professora Margarida Monteiro. A continuidade do setor se dá a partir de um novo concurso (2006) para professor do quadro permanente na Área da Surdocegueira, com uma vaga. Em 2008 mais uma professora é chamada para o atendimento no então PAAS

(Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego), sigla do setor na época, garantindo desta forma a continuidade do atendimento a pessoas com surdocegueira no IBC.

Entretanto somente em 2011 se iniciam os cursos de formação específica na área da surdocegueira com a inclusão dos mesmos no catálogo de cursos de extensão da Divisão de Capacitação e Recursos Humanos (DCRH), hoje Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA). Importante assinalar que não houve interrupção de oferta ao longo desse período, já que, a partir da pandemia (2020, 2021), passou a ser ofertado de modo remoto, fato que conduziu a uma ampliação do público envolvido.

A formação continuada na área da surdocegueira no IBC abrange cursos de carga horária que variam de 25 a 200 horas. São oferecidas em média três edições por ano, sendo que uma para instituições, sob demanda, com atendimento exclusivo e as demais para público em geral, tendo como pré-requisito formação pedagógica e atuação no atendimento especializado ou na educação especial. O número de vagas oferecido por curso é de 25-30, sendo que nos anos de 2019 (presencial) e 2023 (remoto) foram realizados dois cursos a nível de aperfeiçoamento, respectivamente: A Surdocegueira Congênita e suas Consequências no Desenvolvimento e na Comunicação, e, Surdocegueira: Conceitos e Contextos. Da Complexidade à Funcionalidade. No Quadro 1 temos a relação dos cursos ministrados no período 2011-2023.

Quadro 1 – Cursos Surdocegueira – IBC – 2011-2023

| Nome do Curso | Período | Ministrantes | Observações |
|--|--------------------|---|--|
| Aspectos Educacionais da Surdocegueira | 30/07 a 03/08/2012 | Márcia Noronha e Mariana Gonçalves Ferreira de Castro | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 22 a 26/10/2012 | Mariana Gonçalves Ferreira de Castro | Presencial – 40 horas EXTERNO – Nova Iguaçu |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 03 a 07/05/2013 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 13 a 17/01/2014 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 10/05 a 07/06/2014 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC - Curso piloto aos sábados |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 02 a 06/02/2015 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 27 a 31/07/2015 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 22 a 26/02/2016 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 03 a 07/10/2016 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 13 a 17/03/2017 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 02 a 06/10/2017 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |

XIII Seminário Internacional de la RED ESTRADO

Dos décadas de estudios sobre el trabajo docente: existir, resistir y construir nuevos horizontes

| | | | |
|---|-------------------------|---|---|
| Introdução aos Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 26/02 a 02/03/2018 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Introdução aos Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 01 a 05/10/2018 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Introdução aos Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 18 a 22/02/2019 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas |
| A surdocegueira: desafios e possibilidades | 02 a 04/09/2019 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 12 horas EXTERNO – UFOPA – Santarém |
| <i>A Surdocegueira Congênita e suas Consequências no Desenvolvimento e na Comunicação</i> | 5/03 a 06/09/2019 | Márcia Noronha de Mello e colaboradores | Presencial -180 horas IBC Nível aperfeiçoamento |
| Mesa-redonda 2 “Projetos e formação docente: experiências na área educacional e de guia-interpretação | 13/09/2019 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 4 horas EXTERNO - UFU - campus Santa Mônica - Uberlândia |
| Introdução aos Aspectos Educacionais na Surdocegueira | 07 a 11/10/2019 | Márcia Noronha de Mello | Presencial – 40 horas IBC |
| Surdocegueira, diálogos possíveis | 23/03 a 22/04/2021 | Márcia Noronha de Mello | curso remoto – 25 horas |
| Surdocegueira, diálogos possíveis | 04/11 a 07/12/2021 | Márcia Noronha de Mello | curso remoto – 40 horas |
| Introdução à Surdocegueira Congênita e suas Especificidades | 04/10 a 29/11/2021 | Márcia Noronha de Mello | curso remoto - Escola de Cidadania José Freire Filho - Crateús/CE – 40 horas |
| Surdocegueira adquirida: formas de comunicação dos surdocegos e o papel do guia-intérprete | 13/04 a 01/06/2022 | Raffaela Lupetina | curso remoto |
| Surdocegueira, diálogos possíveis | 07/08 a 13/09/2023 | Márcia Noronha de Mello | curso remoto - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual de Garanhuns – CAP – 40 h |
| Surdocegueira, diálogos possíveis | 01/08 a 31/08/2022 | Márcia Noronha de Mello | curso remoto |
| <i>Surdocegueira: Conceitos e Contextos. Da Complexidade à Funcionalidade</i> | 06/03 a 31/08/2023 | Márcia Noronha de Mello e colaboradores | Curso remoto - 200 horas nível aperfeiçoamento |
| Surdocegueira, diálogos possíveis | 27/03/2023 a 26/04/2023 | Márcia Noronha de Mello | Curso remoto - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAP Teresina – PI – 40 horas |

Fonte: dados da Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento. Adaptado pelo autor

A partir do levantamento fornecido pela Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento do IBC contabilizamos 15 cursos presenciais e 8 cursos remotos entre os anos de 2011 a 2023. Observamos um hiato no ano de 2020, quando teve início a pandemia da Covid 19, mas gostaria de registrar que mesmo sem termos tido uma edição de curso, o ano foi preenchido por várias lives que abordavam o tema e eram transmitidas pelo canal do youtube CEaD/IBC (@ceadibc).

Desta maneira reiteramos a importância do Instituto Benjamin Constant como formador de profissionais na área da deficiência visual e mais especificamente na área da surdocegueira.

Neste artigo foram listados os cursos específicos da surdocegueira, mas O IBC oferece uma gama de cursos próprios da área da deficiência visual pela DEA e, vale o registro, tem ainda um Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão que oferece um Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual, ampliando desta forma sua atuação como disseminador de conhecimento.

Considerações Finais

Como professora ministrante ao longo desses 12 anos gostaria de deixar aqui registrado o meu olhar em relação aos profissionais que tive oportunidade de conhecer. Ouvir suas angústias, sentimentos, muitas vezes confusos, numa busca de melhor entendimento e conhecimento de quem é esse sujeito com surdocegueira do qual alguns apenas haviam ouvido falar, enfim, contato com esses profissionais, me fez crescer e perceber a responsabilidade e necessidade de compartilhar conhecimentos e conduzir mais e mais pessoas para um engajamento na luta não apenas pelos direitos, mas pelas políticas públicas que viessem de encontro ao que realmente precisam, com o objetivo maior de tirá-los da invisibilidade e isolamento no qual muitos ainda se encontram.

Tal sentimento me remete a Freire (2014) quando afirma “ Eu vivi a experiência do discurso daqueles que ouvem e percebi que o trabalho educacional que deve seguir-se requeria tanto criatividade quanto humildade.” (p.90) E prossegue: “Tudo isso significa que o educador(a) deve estar imerso na experiência histórica concreta dos(as) alunos(as), mas nunca imerso na experiência histórica paternalista de modo a começar a falar por eles mais que verdadeiramente ouvi-los.”(Freire, 2014, p.90).

Para ilustrar trago duas vozes de profissionais que passaram pelos cursos que ministrei e cujas trajetórias me modificaram e conduziram-me a uma reflexão contínua acerca da minha prática:

Eu mesma sinto um certa dificuldade em me dirigir a esses alunos. Então meu propósito com o curso é **ter um maior conhecimento sobre a área e aos poucos com a vivência conseguir quebrar algumas barreiras minhas** e auxiliar mais dentro da própria escola. (J., pedagoga, Brasília)

Para fazer sentido a minha explicação do porquê escolhi fazer curso no IBC na área de educação especial com ênfase na surdocegueira, **precisarei voltar no meu passado, um passado com muita luta no qual deixou sequelas que luto constantemente.** Uma luta que não tem fim. [...] **Por sentir diferente é que eu continuo me aperfeiçoando.** (K., formação inicial Licenciatura em Física, hoje atua na Educação Especial com atendimento de TDAH. Pessoa com diagnóstico de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

Voltando às questões que nortearam este trabalho, quais as competências necessárias ao professor especialista, quais as atribuições do professor de sala regular diante de alunos com deficiências sensoriais e principalmente, o que falta nos cursos de formação continuada para que os professores se sintam melhor habilitados, penso que não teríamos espaço neste artigo para trazer todas as falas coletadas ao longo da minha experiência profissional. Assim respondendo as questões norteadoras, considero que em relação às competências e atribuições, embora demandem sempre novas reflexões, já temos legislação e documentos que as descrevem. Assim, resta-nos a pergunta: o que falta nos cursos de surdocegueira. Aí temos como resposta unânime a falta de prática e estágio nos cursos oferecidos, em sua maioria teóricos. Um dos debates que temos com os cursistas do IBC é sobre não apenas de ofertas de formações mais robustas na área, mas a criação de um curso a nível de graduação para que possamos contemplar toda a diversidade, complexidade e heterogeneidade desta condição sensorial. Certamente a graduação implicaria na construção de um currículo abrangente e específico, melhorando desta maneira não apenas a qualificação deste profissional, mas a elevação da qualidade da educação desta população, a exemplo de alguns países europeus onde as especializações na área da surdocegueira se dão por meio de cursos de graduação.

Concluo, inspirada por Nóvoa (2017) compartilhando o sentimento de reconhecermos, antes de qualquer discussão, a existência de lacunas na formação de professores, bem como a necessidade de reforçarmos neste profissional o entendimento de que sua atuação não pode ser desvinculada da pesquisa e de um bom embasamento teórico, para que sua prática não seja estática e sim dinâmica, como todo processo humano.

Referências

- Brasil. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html> Acesso em: 14 de nov. de 2023.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192 Acesso em: 12 dez. 2023
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf Acesso em: 13 nov. 2023
- Cambruzzi, R. C.S.; Costa, M. P. R. (2016) **Surdocegueira**: níveis e formas de comunicação. EduFSCar: São Carlos, SP
- Falkoski, F.C.; Costa, M. P. R.; Maia, S. R. (2023) **Alfabetização de Pessoas com Surdocegueira Congênita**: A importância da formação docente. Editora CVR, Curitiba, PR
- Freire, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 1 ed. Rio de Janeiro| São Paulo, 2014
- Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial. Website. Disponível em: <https://apoioaosurdocego.com.br/> Acesso em: 17 dez. 2023
- Ikonomidis, Vula Maria. (2019) **Formação de professores especializados: avaliação, planejamento e acompanhamento do desenvolvimento educacional de estudantes com surdocegueira**.(Tese) Doutorado em Educação.Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-27052019-143032/publico/VULA_MARIA_IKONOMIDIS_rev.pdf Acesso em: 26 dez. 2023
- Keller, Helen. (2008) **A História da Minha Vida: com suas cartas (1887-1901) e um relato suplementar sobre sua educação**, incluindo trechos de narrativas e cartas da professora, Anne Mansfield Sullivan, por John Albert Macy. Ed. Revista. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, Brasil.
- Maia, S. R. (2021) **Fundamentos e Metodologia da Surdocegueira e Deficiências Múltiplas**. Editora FAEL, Curitiba, PR
- Masini, Elcie F. Salzano (org). (2002) **Do Sentido... pelos sentidos... para o sentido** Niterói: Intertexto; São Paulo: Vetor Editora, Brasil.
- Masini, Elcie F. Salzano (2011) (org). **Educação e Alteridade**: deficiências sensoriais, surdocegueira, deficiências múltiplas. Vetor Editora, São Paulo, SP
- Mello, M. N. (2021) **Tecnologia Assistiva: vantagens, desafios e limitações para a inclusão de pessoas com surdocegueira** (Tese) Doutorado em Educação. Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil
- Nóvoa, António.(2017) **Firmar a posição como professor. Afirmar a profissão docente**. Rev Cadernos de Pesquisa, v.47 n.166 pp. 1106-1133 out./dez. 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMrzvnbsbYjmvCbd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 dez. 2023
- O Sindicato. **Apenas Uma Em Cada Quatro Pessoas Com Deficiência Conclui Ensino Básico Obrigatório No Brasil**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/apenas-uma-em-cada-quatro-pessoas-com-deficiencia-conclui-ensino-basico-obrigatorio-no-brasil/> Acesso em: 13 nov. 2023
- Silva, M.F. (2002) Meu contato com o mundo através das mãos. In: Masini, Elcie F. Salzano (org)**Do Sentido... pelos sentidos... para o sentido**. São Paulo, Vetor Editora. Niterói: Intertexto, pp.39-45.